

AICCOPN combate a clandestinidade na construção

[AICCOPN]

“**U**nir esforços no combate à clandestinidade na Construção”. É desta forma que Reis Campos, presidente da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, perspetiva a atividade que irá ser desenvolvida nos próximos meses, reconhecendo que o Governo, o IMPIC – a entidade reguladora do Setor –, as Câmaras Municipais e a própria Associação partilham os mesmos objetivos. Por isso, “irão ter uma atuação concertada, tendo por finalidade a regulação do mercado, o que só se consegue mediante a regularização ou o afastamento de todos os que atuam de forma ilegal”.

“O desafio que lançámos ao ministro do Planeamento e das Infraestruturas”, Pedro Marques, que tutela o setor, recorda o presidente da Associação, “parte da criação de um Grupo de Trabalho conjunto para atacar o problema da clandestinidade”. O governante manifestou a disponibilidade do Executivo perante

centenas de empresários, “numa sessão que promovemos na sede da AICCOPN”. Aliás, acrescenta, “nem poderia deixar de ser assim, uma vez que está em causa a salvaguarda de interesses coletivos, aos quais um Estado de Direito não pode deixar de corresponder”.

A desregulação que persiste, sobretudo no mercado das obras particulares, coloca em risco a credibilidade das empresas de construção e o reconhecimento da sua habilitação para o exercício desta atividade. Estão em causa o aumento da sinistralidade laboral, os direitos dos consumidores, o não cumprimento de regras básicas, como as obrigações de âmbito laboral e de segurança, fiscal, ambiental e de gestão de resíduos. Ainda esta semana, em conjunto com a ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho, realizámos um seminário, na nossa sede, no qual a questão da clandestinidade foi abordada, sendo manifesto o seu empenho na identificação e sancionamento de quem opera na ilegalidade. Há que penalizar quem não fatura o IVA devido,



quem não cumpre as suas obrigações para com a Segurança Social, quem mantém ao seu serviço trabalhadores não declarados, quem não respeita as regras relativas à saúde e segurança do trabalho, quem não tem alvará ou certificado.

Por outro lado, se é reconhecido que o País e as empresas do Setor têm hoje necessidade de mão de obra qualificada, é essencial garantir que os milhares de trabalhadores que

prestam o seu serviço sem quaisquer garantias, não raras vezes sem os seus direitos contributivos salvaguardados, sejam canalizados para as empresas estruturadas, com disponibilidade para os incorporar nos seus quadros, valorizando o seu saber-fazer e a experiência adquirida ao longo de anos de trabalho. “De igual modo”, afirma Reis Campos, “esta é uma matéria da qual o Governo, por via dos Centros de Formação

LUTAR CONTRA O TRABALHO CLANDESTINO E A CONCORRÊNCIA DESLEAL É UMA PRIORIDADE

Profissional de Gestão Participada, não se pode alhear”. Formar profissionais especializados e potenciar a sua entrada no verdadeiro mercado de trabalho é imprescindível.

“São as empresas e os trabalhadores que as mesmas empregam que exigem a regulação do mercado”, afirma Reis Campos, concretizando que “em breve será lançada uma campanha, a nível nacional, de combate à clandestinidade, na qual a AICCOPN estará empenhada, designadamente promovendo, através dos seus serviços, a análise e regularização de todos os que continuam a não cumprir as regras mais básicas, como é o caso da titularidade do necessário alvará ou certificado”. //